



ENTENDENDO A EXPERIÊNCIA DOS CURSOS NOTURNOS: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO E. P. THOMPSON (RIO DE JANEIRO – 1878-1930)

Bárbara Canedo
bbcanedo@hotmail.com
(SEEDUC-RJ)

Resumo

O trabalho aqui apresentado pretende analisar as possibilidades teórico-metodológicas da experiência histórica das aulas e escolas noturnas de instrução primária, para trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1878 a 1930. Tendo como referências a historiografia da história da educação, a da escravidão e da pós-abolição, salientamos as possibilidades de cruzar perspectivas e temas. As categorias de experiência e identidades construídas por E. P. Thompson são pensadas como concepções importantes a fim de entender os sentidos e significados da instrução para os trabalhadores do período, diante das mudanças do mercado de trabalho da referida cidade. Procuramos através de requerimentos e ofícios encontrados no acervo do AGCRJ (Arquivo Geral do Rio de Janeiro) dar os primeiros passos de nossa pesquisa a fim de entender as noções e forças envolvidas para o estabelecimento e desenvolvimento dos cursos noturnos. Além de identificar fontes de outras naturezas que concorrem para tal entendimento. Concluímos que nosso aporte teórico metodológico orienta-nos a percepção das múltiplas experiências (re)elaboradas no cotidiano carioca, bem como na formação de identidades diante das mudanças ocorridas no mencionado mercado de trabalho, no qual a instrução noturna ganhava fundamental destaque em meio a projetos políticos levados a cabo por autoridades e outras redes de poder elitistas.

Palavras-chave: Cursos noturnos. E. P. Thompson. Historiografia.

O Barão de São Félix, então Inspetor Geral da Instrução Pública, em ofício de 25 de maio de 1882, informa o andamento e desenvolvimento dos cursos noturnos na Corte. Enfatiza que a “idéia dos cursos noturnos não é nova, existia muito antes do decreto no. 7031A de seis de janeiro de 1878”. O referido inspetor enumera aqueles com maior prosperidade, como o do Imperial Lyceu de Artes e Offícios, o da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o do Lyceu Literário Português e da Sociedade Propagadora da Instrução as Classes Operárias da Freguesia da Lagoa. Quanto às “freguesias suburbanas” salienta:

[...] acho mais conforme a realidade a informação dada pelo Delegado de Santa Cruz, do que a do Delegado de Guaratiba, e me parece que não só os pescadores, mas em geral os empregados nos trabalhos rurais e domésticos, não se apresentarão à noite as escolas, e acham quase todos em torno de si, nas próprias casas que servem, meios de obter o ensino de ler e escrever, quando possuam a energia e a vontade indispensável”¹.

¹ AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro) – Códice – 34 -4- 5 – Livro de cópias de ofícios, p.192v-193.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

As conclusões do Barão de São Félix nos ajudam a recuperar alguns aspectos sobre a política desenvolvida em torno dos cursos noturnos, em fins do século XIX. Expectativas e ações são questionadas e acabam por revelar importantes traços da cultura letrada entre os trabalhadores. A fala do referido inspetor oferece uma oportunidade para nos darmos conta tanto do contexto em que está inserida a nossa análise, como também nos revela símbolos e significados a respeito das relações sociais e educativas construídas em torno dos cursos noturnos.

Uma importante questão a ser levantada para a nossa apresentação são as possibilidades teórico-metodológicas encontradas no diálogo entre a historiografia da educação e aquela referente da escravidão e da pós-abolição. Em nosso levantamento inicial contamos com a recuperação de inúmeros ofícios, listas nominais, projetos de posturas, requerimentos e legislações nos Códices do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Contamos ainda, com o acervo da Biblioteca Nacional (BN) que compreende impressos, cronistas e viajantes estrangeiros.

As questões analisadas aqui tiveram como ponto de partida nossa pesquisa de dissertação, quando buscávamos compreender os discursos e significados dispostos pelos médicos higienistas acerca do emprego das amas-de-leite, uma das teses de medicina chamou nossa atenção. Quando o Dr. Juvenal Martiniano das Neves falava da situação da casa dos expostos, apontou a maior entrada de pardos na roda dos expostos, mudança esta que atribuiu a Lei do Ventre Livre de 1871². Como o referido médico, outras pessoas e sujeitos encontravam em tal dispositivo legal motivos para a preocupação, principalmente aqueles que lidavam diretamente com os impactos do processo gradual de abolição da escravatura. Estava em jogo, entre outras questões, a forma como poderia ser conduzida essa gradação do trabalhador escravo para o livre e como adequá-lo as perspectivas modernizantes da época. A instrução e as políticas educativas encaminhadas através de tais preocupações estavam no cerne da discussão sobre os significados da construção do Estado e da Nação (GONDRA E SCHUELER, 2008)

² NEVES, Juvenal Martiniano das. Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1873. Ver: MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890). Dissertação (Mestre em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2006.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Entre os primeiros aminos de análise, fuçando arquivos e levantado indícios, encontramos possibilidades de investigação que dizem respeito a algumas políticas públicas considerando a instrução e a educação dos “ingênuos” libertos pela referida lei. A construção de Asilos agrícolas, orfanatos profissionais ou mesmo as escolas de aprendizes da Marinha faziam parte da perspectiva do controle social e inclusão direcionadas às crianças e jovens pobres (RIZZINI, 1993; LEITE, 1997; MARCÍLIO, 1997; CAMARA, 1997; FARIA FILHO, 2001; RIZZINI, 2004. Apud: GONDRA e SCHUELER, 2008). Acompanhando tais perspectivas, Costa (2007) considera que os cursos noturnos passavam igualmente por um viés assistencialista conveniente e rentável. Ainda segundo a mesma autora, a instrução primária noturna, nesse momento histórico, estava relacionada as tendências formadoras de trabalhadores ordeiros “num contexto de progressiva degradação da instituição escravista como alternativa pura e simples repressão” (Idem, p.102).

Mas nem tudo era “simples repressão”. Ao lermos detidamente o ofício do Barão de São Félix, destacado inicialmente, observamos a existência de discordâncias entre os próprios delegados das freguesias “suburbanas”. Ao que parece, o então Inspetor Geral dava prioridade e incentivava os cursos noturnos já estabelecidos na Corte, pois em sua avaliação o decreto de 1878 não oferecia nenhuma novidade. Tal atitude demonstra o quanto o mesmo estava comprometido com a complexa rede favores, entre os membros da elite e o Governo Imperial. Como ressalta Martinez, as iniciativas de particulares na organização de aulas e cursos noturnos direcionados a educação das classes populares estavam ligadas às estratégias dos próprios como forma de garantir “títulos de nobreza e distinções”, visto que os ditos cursos eram muitas vezes classificados como ações beneficentes aos trabalhadores (MARTINEZ, 1997, P.177). Acompanhando as direções apontadas tanto por Martinez, quanto por Costa, percebemos o estreito vínculo entre a organização dos cursos noturnos e a tessitura das relações de poder durante o Segundo Reinado.

Ainda, os argumentos apresentados pelo Barão de São Félix nos ajudam a levantar hipóteses e a entendermos as transformações pelos quais passava o Rio de Janeiro à época. Sob a ótica do mencionado Barão, determinados trabalhadores não possuíam os predicados necessários para serem alvos das ações do governo no que concerne a instrução noturna. Desse modo, pescadores, trabalhadores rurais e domésticos poderiam deter outras formas de aprendizado e letramento se quisessem, pois nisto dependeria suas energias e vontades. Quais seriam os





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sentidos de tais alegações? Poderíamos encontrar espaços alternativos de instrução, foram do âmbito estatal ou escolar?

Surpreende-nos que tal autoridade reconheça as oportunidades alternativas de instrução, porém não podemos nos esquecer que os referidos trabalhadores uma vez afastados do centro urbano do Rio de Janeiro, se distanciavam também da fiscalização “estatal”. Outros meios, entretanto, eram engendrados para o controle e supervisão dos trabalhadores, meios esses que passavam em grande parte pelo poder patronal/senhorial. Considerando as condições dos trabalhadores rurais e domésticos encontravam-se em torno das relações escravistas ou originadas exatamente das mesmas. Segundo Del Priore e Venâncio a área do sudeste, em plena expansão da economia exportadora do café, concentrava alta densidade populacional escrava, além de trabalhadores rurais livres pobres migrantes das áreas do norte do país (DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2006, pp. 149-152). Já Graham, ao abordar o mercado de trabalho doméstico na referida cidade encontra a presença maciça das criadas. A autora dimensiona numericamente tal universo de trabalho e ressalta que em 1872 a proporção de escravas domésticas girava em torno de 90%, mas 65% das mulheres livres também o eram. Já em meados de 1906, as domésticas ainda representavam 13% da população do Rio e 76% das mulheres trabalhando fora de casa. Desse modo:

Mulheres livres, brasileiras ou imigrantes, e escravas forras associavam-se as escravas restantes para suprir a demanda de criadas, de tal forma que, já em 1872, pode se calcular em cerca de dois terços as mulheres livres no serviço doméstico do Rio de Janeiro (GRAHAM, 1992, p.21).

Assim, podemos afirmar que grande parte dos trabalhadores desconsiderados pelo Barão de São Félix como inapropriados aos cursos noturnos faziam parte dos mundos da escravidão e dos mundos da pós-abolição. Tal universo de trabalhadores nos permite considerar o Rio de Janeiro como uma *cidade negra* onde se articulavam redes sociais de grande importância que permitiam o estabelecimento de espaços de solidariedade e da construção da autonomia, como avaliam Farias [et al.] “mundos urbanos e semi-urbanos se encontravam conformando estilos das comunidades negras em gestação”, destacavam-se no cotidiano improvisado de tais comunidades negras as áreas suburbanas (FARIAS, [et al.], 2006, p. 57). Para as décadas anteriores ao período aqui abordado, Gomes aponta a existência na freguesia de Guaratiba de ajuntamentos de escravos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

fugitivos que “tinham certas amizades, e conluíus, não só de pardos como mesmo de brancos, que só lhe comprem a pólvora de hão mister como lhe fazem avisos, e lhes dão todo auxílio” (GOMES, 1995, p.115). A partir de tais anotações podemos inferir sobre um possível mapeamento das zonas, nas quais o acesso ao letramento não ofereceria “perigos”?

Atentando para tais dados e conjecturas, depreendemos sobre algumas questões que estavam em jogo no momento. Como indica Wissenbach (2002) o acesso de escravos e libertos aos mundos da leitura e da escrita possibilitava aos mesmos garantias de espaços autônomos e meios “de legitimar posses”. Em consonância com as conclusões da autora Chalhoub registrada em sua análise das sociedades beneficentes na década de 1870, “a grande importância atribuída à instrução primária, ao saber ler e escrever, para os direitos de cidadania”, já que era pré-requisito na reforma eleitoral de 1881 (CHALHOUB, 2007, p. 231.). Gondra e Schueler, por sua vez, destacam a importância que a inserção de escravos e libertos tomou em meio a projetos e práticas educacionais do século XIX:

Muitos intelectuais, políticos e juristas, professores públicos e particulares, entre os anos de 1870 e 1888, debateram e se engajaram na luta pela instrução e pela incorporação dos negros livres, libertos e escravos, por meio de várias frentes, como a imprensa, as Conferências Públicas, o ingresso e Sociedade de Instrução, Clubes Abolicionistas, a abertura de aulas noturnas nas suas próprias escolas entre outros (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 253).

A Lei do Ventre Livre, em 1871, entre outras medidas, tornava visível a interferência do poder público, cada vez maior em meio às relações pessoais entre patrões e empregados, entre senhores e escravos (CHALHOUB, 1990). O momento, em particular, caracterizava-se por uma cultura política urbana carregada de sentidos e significados, “marcada pela crescente presença popular negra e mestiça em manifestações e acontecimentos que antes se restringiam ao âmbito dos partidos, do parlamento, da imprensa e das rodas de intelectuais” (SALLES & SOARES, 2005, p.111). O próprio Barão de São Félix, talvez apontasse para tal conjugação de fatores ao justificar a inviabilidade das aulas noturnas em locais afastados da área urbana, tais argumentos podem nos remeter as estratégias a fim de evitar, ou mesmo, diminuir a erosão paulatina da autoridade pessoal, dentro da política de produção de dependentes, pois em “ultima estância” a frequência de tais trabalhadores passava pelo crivo patronal (CHALHOUB, 2003). Como já identificamos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

anteriormente o autor do ofício estava vinculado, ao que parece, aos interesses das classes sociais mais abastadas. Portanto não seria demais supor, que a separação entre aqueles trabalhadores que deveriam ou não frequentar as aulas noturnas estivesse conectada ao empenho de garantir a manutenção das relações patronais paternalistas, já que, neste momento a sociedade imperial experimentava o esfacelamento das hierarquias sociais baseadas no modelo de domínio senhorial escravista (GONDRA & SCHUELER, 2008).

Nossas preocupações não se limitam apenas ao período imperial, pois a documentação levantada chega até os últimos anos republicanos. Interessa-nos acompanhar mudanças e similitudes no processo de organização e estabelecimento dos cursos noturnos. Nossa pesquisa tem como marcos temporais fins da década de 1870 e o término da década de 1920. Tal escolha parte, principalmente, dos dados encontrados nas fontes levantadas. O curso noturno foi implementado legalmente pelo governo em 1878, já o término de nossa investigação está marcada pela criação de um Ministério destinada a educação (Em 1892, a instrução pública passou para a responsabilidade do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (Brasil, Decreto nº 1160, de 06/12/1892). Em novembro de 1930, a criação do Ministério da Educação e Saúde representou momento de inflexão nas disputas em torno da centralização/descentralização. Sobre tais marcos, salientamos a proposta de Schuler e Magaldi ante “a necessidade de serem repensados marcos cronológicos convencionais e romper com delimitações rígidas, que dividiram a história nacional – e educacional – em colônia, império e república” (SCHUELER & MAGALDI, 2008, p.54). A escolha de referidos marcos supõem igualmente estarmos de acordo com a perspectiva de que a escola republicana brasileira, e mais especificamente os cursos noturnos primários, fazem parte de uma iniciativa da política imperial e que foi adotada e talvez até mesmo remodelada pelo novo modo de governo. Baseamos tal hipótese não só pela leitura da bibliografia, mas também por encontrar entre os documentos oficiais vestígios de tal política, como ofício enviado ao encarregado das obras municipais pelo mestre de obra Henrique Noronha: “Em observância a vossa ordem dirigi-me a escola da Rua da Harmonia a fim de mandar





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

retirar o símbolo monárquico que se acha na referida escola, porém sabendo que ela pertence ao governo geral, peço-vos que me instrua a respeito”³.

As resistências observadas pelas autoridades republicanas, nos demonstram tanto a forma como o governo tentava se apropriar das iniciativas educacionais do governo anterior, como também nos ajudam a reconhecer como os sujeitos interpretavam tais medidas⁴. Segundo Faria Filho e Vidal, a escola tende a agir em uma situação de grande densidade cultural e que “o projeto educativo posto em ação na e pela escola entra em tensão com processos educativos já existentes” (FARIA FILHO & VIDAL, 2005, p.42). A permanência do símbolo monárquico em uma escola “republicana” em meados da década de 1920, não só aponta para as continuidades e adaptações executadas em torno das políticas públicas educacionais, mas também indica a percepção daqueles a quem à educação era direcionada. Em especial destacam a desconstruções possíveis no campo da História da educação em relação a “novidade” instaurada pela República. Fica claro que assim como a extensão da cidadania é algo herdado do Império, existiram também uma série de modificações de métodos de ensino, perfis docentes, materiais e arquiteturas empreendidas durante o Segundo Reinado que foram continuadas pela República, em seus primeiros anos.

Encontramos ainda, a permanência de argumentos par o estabelecimento de cursos noturnos assentados no seu público preferencial, os “operários”. Em 1895, Henrique Blatter, inspetor escolar do primeiro distrito, parece acompanhar as mesmas diretivas do Inspetor Geral da Instrução monárquico, pois ao justificar a existência de curso noturno “na escola mista do ponto dos bondes da Gávea” salienta a existência “na vizinhança de fábricas com grande pessoal, assim aproveitando o ensino ministrado em horas de lazer”⁵.

³ AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro) – Códice – 12-1-24 – INSTRUÇÃO PÚBLICA – Requerimentos e Ofícios, fl. 71, 22/06/1922.

⁴ De acordo com Schueler e Magaldi “No primeiro período republicano, antigas formas e práticas de escolarização, herdadas dos oitocentos, como as escolas isoladas e multisseriadas, e a educação familiar e doméstica, mantiveram-se como presença incômoda, mas funcional e majoritária, em várias localidades do país” (MAGALDI & SCHUELER, 2008, pp. 45-6).

⁵ AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro) – Códice 12.4.30 – INSTRUÇÃO PÚBLICA – Ensino profissional, fl. 235 v - 10/06/1895.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Embora, estejamos focando governos distintos, monárquico e republicano, conseguimos perceber o quanto as diretivas de instrução aos trabalhadores estavam próximas. Dessa vez, não estamos nos referindo a maior autoridade da educação no período, mas de uma possível liderança local, que reconheceria em tais argumentos uma oportunidade para o deferimento de seu pedido. Segundo Costa, a legislação sobre a instrução pública, começa a aparecer por volta da década de 1850, porém é só na década de 70 do século XIX, que a mesma é objeto de maiores preocupações do governo, totalizando três leis só no referido período (COSTA, 2007). Os debates sobre a abolição da escravidão e o destino dos recém-emancipados faziam parte do cotidiano da passagem do século e se estendem as preocupações da elite durante a primeira República. Nesse sentido, a instrução dos trabalhadores estava diretamente ligada a formação daqueles cidadãos constituintes da nação. Os trabalhadores fabris, principalmente, encontravam-se como símbolos daquela modernidade que se queria atingir.

Especialmente na República acompanhamos um momento de importantes mudanças no que concerne o conceito de trabalho, com a finalidade de constituir uma nova civilização distante daquela “mancha escravista”. Em seu ofício Henrique Blatter coloca a instrução noturna como uma forma de vigilância e repressão contínua, enquadrando tais trabalhadores em seus momentos de “lazer”. Conforme Chalhoub, a disciplinarização do homem livre em trabalhador assalariado era um projeto político mais urgente (CHALHOUB, 2001). Salientamos que tais preocupações, não estavam atadas apenas as preocupações republicanas como o autor destaca, mas estavam no cerne das discussões no último quartel do século XIX. Isto se deveu em grande parte a composição populacional heterogênea da Corte/Capital Federal.

A cidade do Rio de Janeiro, no referido período, tornou-se um grande porto de exportação e redistribuição, além de centro comercial; transformou-se em pólo atrativo de oportunidades de serviços e empregos. Tal cidade apresentava grande taxa de crescimento populacional, representada pelos movimentos de imigração européia e intensificação de migrantes da zona rural e de outros lugares do país, tanto para atender a centros de demanda em pleno desenvolvimento da atividade agrícola, como também para implementar o crescimento das atividades urbanas. O Rio de Janeiro superava São Paulo e Salvador em número de habitantes, era a única cidade no Brasil a possuir mais de quinhentos mil habitantes.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O Rio de Janeiro representava ainda a capital cultural do país, influenciando o padrão de comportamento em outras províncias. A disseminação de estilos e modas para outros cantos do país acompanhava pretensões civilizadoras baseadas no modelo europeu. Criava-se na cidade um mercado de consumo de hábitos europeizados, pois crescia o volume de importações (bens de consumo duráveis, supérfluos, jóias e etc.), e introduziam-se concepções intelectuais e de vida diferentes das anteriormente experimentadas. As horas e minutos passavam a ser sincronizados com as modernidades européias trazidas através das mercadorias e notícias desembarcadas dos paquetes ingleses. Além disso, a influência francesa desenhava-se na sociedade carioca como um paradigma social, combinada a três principais correntes de pensamento e práticas sociais: o positivismo, o kardecismo e a homeopatia (ALENCASTRO, 1997, pp.35-44). Mas, reduzir a cultura urbana carioca a um simples mimetismo seria negar a capacidade de reelaboração desta mesma cultura.

Além disso, devemos considerar particularidades fundamentais para entendermos as mudanças do período. Sevcenko assinala o caráter dúbio de tal cidade, ao mesmo tempo em que poderia seduzir os trabalhadores de origens variadas, a mesma também era conhecida por ser o “túmulo do estrangeiro”, pelas inúmeras epidemias de alto impacto nos índices de mortalidade, como a febre amarela, tifo, difteria, tuberculose, malária, cólera, entre outras. As formas encontradas pelas autoridades para reverter tal quadro passaram pela modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana, que segundo o referido autor “se traduziram em formas extremas de opressão quando voltadas para as populações alijadas dos processos decisórios” (SEVCENKO, 1998, p.22-27).

Destacamos que o ambiente citadino era múltiplo e rico de experiências, em meio as populações nacionais já mestiçadas, mesclavam-se as populações negras. Tal segmento populacional trazia consigo o aprendizado social característico ligado a vivência do cativo, o que lhes ofereciam uma gama de escolhas e valores próprios diferentes daqueles imaginados pelas classes dominantes. Tais elementos constituíram noções de subsistência e organização social distintos. Wissenbach assinala que ao aderirem “ao universo de valores e estilo de vida de homens livres”, sua condição era concretizada a partir da “realização de desejos e na posse de objetos” que lhes eram proibidos (WISSENBAACH, 1998, pp. 52-55). A partir, de tais reflexões pretendemos

4731





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

entender os sentidos e significados das aulas e cursos noturnos, principalmente no interior das comunidades negras e afrodescendentes.

Afinal quem são esses alunos potenciais? O que eles representavam em termos da população total? Como a política de dependentes atuou diretamente na instrução dos trabalhadores? Tais questões foram engendradas a fim de pensarmos nosso objeto em meio as nossas possibilidades teórico-metodológicos e documentais.

Cruzando caminhos: alguns comentários sobre as possibilidades analíticas na historiografia da educação brasileira e da historiografia da escravidão e da pós-abolição

Foi a partir do nosso escopo documental, que pudemos levantar as primeiras questões e avaliações para esta pesquisa. Pensando na organização e disseminação das práticas em torno dos cursos e aulas noturnos, instigantes questões orientam nossa investigação no sentido de articular as contribuições realizadas a partir das novas direções da historiografia da escravidão e da pós-abolição com os rumos apontados pela historiografia da educação brasileira.

No Brasil, a historiografia dentro de um formato da história social da escravidão e da pós-abolição tem trilhado caminhos analíticos e abordagens instigantes em termos de temáticas, utilização de fontes e perspectivas. Recuperando a lógica dos (ex)escravos no interior da sociedade e sua complexidade, desvendam-se desejos, recordações, expectativas e culturas de diversos sujeitos. As experiências da escravidão e da pós-abolição, e significados em torno dela, dão os tons de diversos estudos. Não de maneira uniforme ou padronizada – além de outros aportes teóricos – as obras de alguns historiadores contemporâneos tiveram suporte teórico nas referências das obras de E.P. Thompson, das quais falaremos mais adiante. Destacamos aqui os trabalhos que abrem caminhos e apontam direções no entendimento da vida, trabalho e cultura negra nas cidades. Vale ressaltar os estudos de Karasch, Carvalho, Silva, Algranti, Chalhoub, Wissembach, Soares e Reis, dentre outros⁶.

⁶ Ver: KARASCH, op. cit, 2000; SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *O negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988; ALGRANTI, op.cit., 1988; CHALHOUB, op. cit, 1990; SOARES, Luis Carlos. *Urban Slavery in nineteenth century Rio de Janeiro*. London: University College London, 1988; WISENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos: vivências Ladinas: escravos e forros no Município de São Paulo, 1850-1888*. São Paulo: Hucitec,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Acompanhamos as perspectivas atuais indicadas por Gatti Junior (2002) em sua afirmação de que a partir dos anos noventa do século XX, os estudos sobre História da Educação tem-se beneficiado da transformação pela qual a própria História vem passando com a sofisticação de suas ferramentas de trabalho e a ampliação do seu leque temático. De forma semelhante Schueler e Magaldi (2008) reafirmam o papel do historiador através do resgate dos documentos e uma rígida acepção teórica, tal como preconiza Dêlcio Gatti. As autoras apontam a proximidade entre a História da Educação com a História Social da Cultura, através das renovações temáticas e metodológicas operadas no âmbito da disciplina. Do mesmo modo, entendemos que a história da educação é um campo da história e nos ajuda “(re)pensar nosso passado, presente e futuro” (Idem, p.66).

Examinando a historiografia da História da Educação encontramos uma produção rarefeita dedicada a educação das camadas trabalhadoras durante o período do referido projeto. Segundo Gondra e Schueler a produção de escolas para homens e mulheres livres passavam no “horizonte das preocupações dos homens de governo”, e uma das formas de compreendê-las abarca a investigação sobre “a criação das escolas noturnas para trabalhadores, tema ainda pouco estudado na historiografia” (GONDRA & SCHUELER, 2008, p.94).

Tanto o campo da História Social quanto o da História da Educação encontram em nossa pesquisa um ponto de ligação, visto que a análise sobre a criação e organização de cursos e aulas noturnos de instrução primária e profissional contribuem para a investigação de questões ligados a formação do mercado de trabalho “assalariado” em formação, como também ajuda a perceber práticas e projetos direcionados as classes populares no período. Sob tal perspectiva, identificamos alguns trabalhos que abordam o tema e englobam outras questões. Destacamos os trabalhos de Alessandra Martinez (1997) e Ana Costa (2007). Martinez dedicou um capítulo exclusivo ao curso noturno da Sociedade Propagadora da Instrução Pelas Classes Operárias da Lagoa. A autora enfatiza as medidas e orientações governamentais diante da instrução voltada para as classes populares, concorre para o entendimento do público atendido pelo curso noturno e destaca a convivência de menores e adultos, assim como a experiência compartilhada de

1993; CARVALHO, Marcus de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822 1850*. Recife: Ed. Universitária, 1998.

4733





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

estrangeiros, africanos livres. É interessante ressaltar, que a referida autora conseguiu identificar a presença de escravos e associá-los a efervescência política dos anos de 1880, relacionando o comparecimento destes ao aluguel de uma sala de sociedades emancipadoras: “É provável que a presença de escravos nos cursos noturnos da Sociedade, em 1883, se justifique pelo fato de que esta alugara uma de suas salas para o Club Emancipador Visconde de Caravelas. Porém, o mais interessante é verificar que os membros da Sociedade aceitaram a matrícula de escravos, classificando-os como brasileiros” (MARTINEZ, 1997, p.183). Ao que parece a tendência de criação de cursos noturnos, nas últimas décadas do século XIX, passava pelas iniciativas de outros clubes e associações como inferem os trabalhos de Peres (2002) e Souza (1998), para as cidades de Pelotas e Campinas, respectivamente. Interessante notar que a maçonaria também esteve participando das ações de cursos noturnos, segundo Marcelo Maccord, “A universalização do ensino laico, as aulas noturnas e a abertura de bibliotecas foram também algumas das preocupações centrais da sociedade secreta no país” (MACCORD, 2009, p.112) ⁷. A investigação de Martinez é importante por detectar a experiência do curso noturno a outras perspectivas ligadas ao movimento abolicionista, nossa pesquisa pretende avançar em tal sentido na identificação de diálogos entre as experiências de outros cursos noturnos e seu impacto diante das transformações do mercado de trabalho, principalmente através da análise da imprensa negra e trabalhista do período, além do trabalho junto aos anúncios de jornais.

No estudo empreendido em *À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte*, Costa procura entender através de relatórios, legislação, mapas de frequência, além de uma gama variada de ofícios e algumas notícias da imprensa, os projetos e práticas voltados para a instrução de trabalhadores livres pobres e seus descendentes, relacionando-os a construção do conceito de analfabetismo. A autora encontra a prática da gerência pelo Estado dos cursos noturnos, ficando a cargo de outros agentes sociais a responsabilidade pela organização dos cursos noturnos, “respondendo uma demanda desencadeada por outros atores sociais” (COSTA, 2007, p.99). A autora (repetindo de novo) encontra discursos conflituosos sobre a formação e preservação dos cursos noturnos, mas também pouco

⁷A referência em que este autor se baseia é: Alexandre Mansur Barata, *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

avança na abordagem da sua heterogeneidade, parecendo que todos aqueles são produtos de um único lugar.

Outros estudos dentro do campo de História Social revelam a importância dos cursos noturnos para a formação das identidades da população negra diante do momento da pós-abolição. Em recente artigo, Loner (2011) analisa a trajetória de um ex-escravo que no momento da pós-abolição, torna-se um destacado líder sindical e socialista na cidade de Pelotas. Tal análise relaciona-se com nossa pesquisa, a medida que destaca a importância da frequência de tal personagem em um curso noturno. A passagem de Antônio Baobá pela instrução noturna foi fundamental para a definição de estratégias, a construção de identidades e a sua circulação espacial e de idéias na cidade pelotense. A autora ao caracterizar as aulas noturnas da biblioteca Pública, salienta-o como espaço de convivências múltiplas e suas possibilidades de ação política:

Na verdade, não apenas eles (os irmão Antônio e Rodolpho Oliveira) mas também muitos outros trabalhadores, negros e brancos, nacionais e imigrantes, freqüentaram essas aulas e conseguiram, dessa forma, vencer algumas desvantagens da pobreza. Naquela época, as aulas noturnas da Biblioteca constituíram um curso básico de preparação para muitos artesão e operários, incluindo pessoas que depois atuaram como lideranças em vários setores (LONER, 2011, p.118).

Interessante notar nesse trecho, (deleta) a importância que o curso noturno assume para esses trabalhadores, significando a oportunidade de abrir mais brechas no disputado mercado de trabalho, e ainda contribuir como núcleo de encontro e cruzamento de vidas. Pois a partir do curso noturno foi possível manter, criar, reelaborar articulações sociais e políticas futuras importantes na vida desses trabalhadores e lideranças. Sem falar, que as aulas noturnas funcionaram como referência para outros personagens representativos de movimentos recreativos e de lazer fundamentados na etnicidade, como a criação de uma banda de música e blocos carnavalescos. Através da trajetória de Antônio foi possível conectar outras experiências e possibilidades dos negros em sua inserção social, onde “vários outros trabalhadores afrodescendentes aproveitaram a oportunidade oferecida pelas aulas da Biblioteca Pública” (LONER, 2011, p. 120).

Já outras análises não tratam diretamente da questão dos cursos noturnos, porém ao enfocarem temas correlatos como o ensino profissionalizante de jovens e crianças, trazem





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

contribuições para a nossa reflexão da ressignificação elaborada pelos trabalhadores e as intenções do governo e outros agentes sociais. Nos estudos que se dedicam ao tema a instrução e normatização dos trabalhadores, os autores destacam o caráter auxiliar e inconclusivo dos cursos e aulas noturnas.

Teorias, abordagens e métodos de pesquisa.

Por toda a nossa apresentação pretendemos destacar a importância dos indícios para o trabalho do historiador. É através de pequenos sinais e vestígios que podemos buscar sentidos e conexões entre as escolhas dos sujeitos e os contextos a que estavam imersos definindo as suas experiências. Segundo Ginzburg “o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural”. Para tal autor a História por ser uma ciência de caráter qualitativo ajuda a entender “a totalidade e desvendar a profundidade da realidade”, desse modo a História está ligada a experiência cotidiana (GINZBURG, 2002, pp. 157-168). Entendemos assim, que a pesquisa histórica contém “procedimentos próprios ao fazer historiográfico”, e como bem Faria Filho e Vidal salientam, tais procedimentos marcam o pertencimento do historiador da educação à comunidade de historiadores, “uma forma de marcar seu pertencimento” (FARIA FILHO & VIDAL, 2005, pp.148-150).

As categorias da obra de E.P.Thompson mencionadas em análise sobre as classes populares estão de acordo com as novas preocupações da história social da cultura e da história da educação. Pensamos nas mesmas para alicerçar a nossa investigação (LARA, 1995). Ressalta-se as interseções analíticas, aproximando as perspectivas teóricas deste autor com as problemáticas apontadas pela nova história social da escravidão e da pós-abolição brasileira e pela história da educação. Damos maior atenção aos papéis dos sujeitos, agentes nas suas escolhas, ações e experiências; e as identidades culturais, que não deixavam de ser políticas, mas sempre levando em conta valores e crenças, possuidoras de sentido e significados.

Mais diretamente ligadas à obra de Thompson, utilizaremos as categorias *identidade* e *ideologia*, inserindo-as nos contextos multifacetados da sociedade carioca. As *identidades* – políticas e culturais – são formadas através de embates entre as classes sociais. Para o referido

4736





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

autor, o processo de reelaboração das relações sociais ao longo do tempo desenvolveu a identidade de interesses de uns contra os interesses dos outros, e fez nascer a consciência de classe⁸. Tal consciência “é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, idéias e formas constitucionais” (THOMPSON, 1987, p.10). Desse modo, observamos redefinições e reelaborações de múltiplas identidades. Segundo Desan – avaliando algumas categorias analíticas em Thompson e Natalie Davis –, essa formação cultural das identidades na obra de Thompson promove uma análise sutil das interações dialéticas entre economias e valores, privilegiando tanto estruturas e operações em torno dela, como elementos materiais e culturais da existência de diversos sujeitos (DESAN, 1997, pp.63-96).

No presente trabalho, *ideologia* refere-se a um conjunto de idéias e valores que exprimem os conflitos de classe e compõem a sociedade, fazendo parte dos processos hegemônicos sem se sobreporem a outros elementos do tecido social de forma dominante. Isto implica dizer que tal sistema de pensamento é definido historicamente, e corresponde a um momento político particular articulado a um campo de força comum entre elite e populares. A combinação destas relações sociais – agregados a outros aspectos da comunidade em questão – esclarece acerca da hegemonia. Esta, segundo Thompson, fornece a arquitetura da “estrutura de relações de dominação e subordinação”, porém, criam-se possibilidades de estratégias e mecanismos, reelaborando condições e visões de mundo próprias (THOMPSON, 1998, pp. 77-79).

Convém ainda esclarecermos a noção de *experiência* definida pela posição do indivíduo na organização social. Existência e atitude fundamentam tal idéia, pois cada um está marcado por relações sociais engendradas em uma cultura específica. O papel de sujeito histórico das classes populares ganha coerência de acordo com motivações e práticas próprias que podem denunciar valores e relações dentro da comunidade. Desse modo, o senso de pertencimento oferece legitimidade às mesmas. Portanto, comportamentos e experiências podem revelar significados e sentidos sobre as organizações comunitárias.

A proximidade viável entre a abordagem de Thompson e os estudos sobre a escravidão, a pós-abolição e a instrução das classes subalternas não só é garantida por uma profunda relação na

⁸ Muitas identidades são constituídas coletivamente por meio de relações sociais identificadoras dos indivíduos entre si, em torno de um ou mais vínculos de naturezas diversas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

produção historiográfica revolvendo os temas com abordagens cristalizadas, levantando novas questões, mas também porque introduz novas concepções em variados aspectos, tanto no que diz respeito ao tratamento com as fontes, como também na concepção das investigações. A decisiva colaboração teórica e metodológica da visão de Thompson aponta para uma nova abordagem de investigação na relações desiguais. Segundo Lara, seja qual for o tema histórico, devemos lembrar tal como Thompson, “que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através das lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambigüidades” (LARA, 1995, pp.45-46).

Chamamos atenção ainda, para algumas importantes definições de nosso quadro teórico ao tentar estabelecer alguns parâmetros para o conceito de *etnia*. Ao investigar as experiências dos cursos noturnos percebemos, como já dito anteriormente, a multiplicidade étnica e possivelmente suas rivalidades em meio a tal espaço multifacetado, como aponta Peres (2002). Nesse sentido, compreendemos o termo *etnia* como uma forma de diferenciá-lo do conceito de raça, que em si contém traços biologizantes (STOLKE, 1995). Desse modo, a questão étnica pressupõe diferenças de origem e pertencimento como um entendimento político, sem cair na justificativa de inferioridade ou superioridade humana que está na base de tais discussões (MUNANGA, 2004).

Considerações Finais

Ao considerarmos as possibilidades de investigação das aulas e cursos noturnos, em um período de plena efervescência política e cultural da cidade do Rio de Janeiro, e também do país, devemos atentar para seus desdobramentos em outras esferas da experiência dos sujeitos. Faz parte da natureza do trabalho do historiador encontrar indícios e sinais, a fim de revolver temas e escrutinar fontes, através de perguntas que possam abrir caminhos de entendimento mais profundos dentro da realidade multifacetada.

Assim, os conceitos de experiência, identidade, etnia e gênero precisam ser pensados de forma articulada na compreensão de nosso objeto de pesquisa, pois são acionados muitas vezes pelos sujeitos em conjunto. Em que medida as estratégias de escolarização participaram de tais





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

identidades forjadas no cotidiano, é uma das principais questões a serem levantadas em nossa pesquisa, que vem somada a outros tipos de agências (*agency*). Não podemos deixar de considerar que o mercado de trabalho ganhava contornos variados e influenciavam diretamente práticas e projetos dos agentes sociais na organização e estabelecimento dos cursos noturnos. Conforme Schueler indicou no espaço da sala de aula noturna não era surpreendente convivência entre crianças e adultos, visto que “as crianças e jovens populares eram desde cedo encaminhados para os trabalhos domésticos ou para a aprendizagem dos ofícios” (MARTINEZ, 1997, p.179). Os trabalhos que investigam o mercado de trabalho em outras cidades apontam para as mesmas proximidades, como no caso da cidade de Santos e São Paulo analisado por Mattos: “A necessidade de as crianças desde cedo se engajarem no trabalho, quer seja casual ou nas fábricas, fruto das necessidades das camadas pobres e imigrantes, possibilitava também a obtenção de um ofício que lhes garantisse um futuro mais promissor” (MATTOS, 2002, p. 78-79).

Por mais que houvesse por parte das elites a intenção de normatizar e disciplinar o trabalhador, no modelo assalariado livre, tal projeto teve limites por parte das autoridades. Ou mesmo, por aqueles trabalhadores que eram o seu alvo preferencial. Como eram interpretados e (re)significados pelos trabalhadores os cursos e aulas noturnos? Como tais trabalhadores acionavam este tipo de conhecimento adquirido em meio ao seu cotidiano? Como a instrução e o espaço das aulas noturnas impactaram sobre o mercado de trabalho e a experiência desses alunos/trabalhadores?

Tais perguntas precisam de mais esforço de pesquisa para ser matizado, como também debates profícuos como o que desejamos ter despertado.

Referências

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo, Companhia das letras, 1990.

_____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ed. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

_____. *Machado de Assis: o historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. *À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

- DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Uma História da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- DESAN, Suzanne. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1997, pp.63-96.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. *As lentes da História – Estudos de História e Historiografia da Educação no Brasil*. Campinas, Autores associados, 2005.
- FARIAS, Juliana Barreto; et al. *Cidades Negras*. São Paulo: Alameda, 2006.
- FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo, Companhia das letras, 1988.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- LARA, Silvia Hunold. “Blowin’ the wind”. *Projeto História*, São Paulo, n. 12, pp.43-56, 1995.
- LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- MATTOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.
- MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial –1870 a 1889*. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.
- MUNANGA, Kabengele. Identidade Étnica, Poder e Direitos Humanos, in *Revista THOT*, nº 80. São Paulo: PalasAthena, abril de 2004, pp. 19-29.
- PERES, Eliane. *Templos de luz*. Os cursos noturnos masculinos da biblioteca pública pelotense. Pelotas: Selva Publicações, 2002.
- SALLES, Ricardo; SOARES, Mariza. *Episódios da História Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A/Fase, 2005.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*. Revista de História da Universidade Federal Fluminense, v.26. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2008.
- SEVECENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVECENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- SOUZA, Rosa Fátima. O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- STOLCKE, Verena. “UNESCO’s Statement on Race: an Ethic of Universal Brotherhood?”, mimeo, 1995.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVECENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- _____. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. In: *Revista brasileira de história da educação* nº 4 jul./dez. 2002.

